

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade pregão eletrônico, registro de preços visando fornecimento, carga, transporte e descarga de Semoventes - Reprodutores Caprinos e Ovinos destinados ao atendimento e melhoramento genético do rebanho regional, por parte de associações conforme especificações técnicas, contidas nos termos de referência deste processo administrativo.

Da necessidade de contratação: A contratação das aquisições objetos da presente licitação justifica-se pela motivação através dos Ofícios 001/2021/EAIP da Estação de Agricultura Irrigada de Parnamirim (EAIP), vinculada a Universidade Federal Rural do Pernambuco (peça 1 - eDoc 6B212326), Ofício 0010/2021 da CAPRICON - Coopertavia Agropecuária dos Produtores Integrados de Caprinos e Ovinos (peça 2 - eDoc 004AE631), Ofício 2/2021 do Polo do Cordeiro Polo Sertão de Itaparica - PE (peça 3 - eDoc 115FEC11) e do Ofício 5/2021 da Associação Padre Cícero no município de Belém do São Francisco (peça 4 - eDoc 140FAB0F), tendo em vista que os Semoventes - Reprodutores Caprinos e Ovinos fortalecerão a capacidade produtiva dos municípios envolvidos nessa ação, aumentando a renda e a qualidade de vida das famílias envolvidas. Através do aproveitamento do melhoramento genético do rebanho regional, com produção de animais mais produtivos e com a rusticidade necessária para se desenvolverem no sertão pernambucano, agregando valor a produção local, para carne, leite e seus subprodutos da cadeia produtiva da Caprinovinocultura. Considerando que a CODEVASF, ao longo de sua história, vem atuando na região do sertão pernambucano, marcadamente através da realização de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social das comunidades carentes do Estado, ou mesmo, melhorar a qualidade de vida das famílias promovendo trabalho e renda, a promoção deste pleito torna-se necessária e viável, diante do exposto.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO: A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que serão contratados.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (*“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”*); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento do rebanho caprino e ovino dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Da Dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços: Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Garantia de Execução: É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Cota Reservada a ME/EPP: A não previsão da cota de 25% está respaldada pelas ressalvas trazidas no corpo do Decreto Nº 8.538/2015, e que a experiência tem demonstrado que, com a não previsão, a vantajosidade fica preservada, justificamos a não previsibilidade da reserva de 25% para ME/EPPs nesta licitação.

Consórcio: A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada

por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescento ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

Orçamento Público/Aberto: O TCU, mesmo diante do regime jurídico presente na Lei nº 13.303/2016 – que institui o sigilo do orçamento como regra geral, orienta às estatais nos atos convocatórios à divulgarem o orçamento quando do julgamento das propostas servir de critério, como neste caso que se trata de preço máximo.

Acórdão 1502/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz):

“Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade.

Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

O TCU orienta: “sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória”), ou seja, neste processo. Não adotamos um orçamento com um critério “estimativo”, que até compreenderia subsídio para avaliar a “aceitabilidade das propostas”, mas neste caso foi objeto de diagnóstico e projeto.”

Responsável pelas informações:

Roberta Almeida
Analista em Desenvolvimento Regional
3ºGRR/UDT

De acordo:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ºGRR/UDT



Ministério do desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional